

Galvão Participações S.A.
– em Recuperação Judicial

**Demonstrações contábeis referente ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2016
e relatórios dos auditores independentes**

Approach Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos conselheiros e acionistas da
GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Galvão Participações S.A. – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base opinião com ressalva

Em 25 de março de 2015 a Companhia iniciou Processo de Recuperação Judicial conforme descrito na nota explicativa 18. O Objetivo desta iniciativa é proteger o valor de seus ativos, atender de forma organizada e racional seus credores, bem como retomar sua rentabilidade operacional. Devido à crise financeira gerou-se uma incerteza quanto à capacidade operacional de suas atividades.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas

14 de junho de 2017

Galvão Participações S.A – Em Recuperação Judicial

normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 18 a Companhia através de sua controlada Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial foi notificada pelo Ministério Público Federal, da existência de ação cível pública proposta contra si e os seus executivos, com o pedido de indenização por supostas irregularidades na contratação de serviços da Petrobrás. Conforme apresentado na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas.

Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 a Companhia através de sua controlada Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial foi notificada pelo Ministério Público Federal, da existência de ação cível pública proposta contra si e os seus executivos, com o pedido de indenização por supostas irregularidades na contratação de serviços da Petrobrás.

Conforme apresentado na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião contém ressalva relacionada a esse assunto, diante da incerteza significativa quanto a capacidade operacional de suas atividades.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como

14 de junho de 2017

Galvão Participações S.A – Em Recuperação Judicial

necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição.

14 de junho de 2017

Galvão Participações S.A – Em Recuperação Judicial

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Presidente Prudente, 14 de junho de 2017.

Approach Auditores
Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0



Leandro Antonio Marini Pires
Sócio - Diretor
Contador CRC 1SP185232/O-3

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	105.793	112.033		
Contas a receber e outros recebíveis	6	2.816.105	2.812.628	96.764	99.723
Estoques		156.840	208.880		
Impostos e contribuições a recuperar		80.047	83.486	1.718	1.959
Adiantamentos a fornecedores		98.057	75.329	167	21
Despesas antecipadas		2.816	3.841		20
Total do ativo circulante		3.259.658	3.296.198	98.649	101.723
Não circulante					
Contas a receber e outros recebíveis	6	719.500	712.860	57.524	50.555
Adiantamentos a fornecedores			1.524		
Impostos e contribuições a recuperar		16.950	25.430		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		114.559	88.540		
Permanente					
Investimentos	7	50.759	57.616	794.572	960.511
Imobilizado	8	218.635	284.764	8	11
Intangível	9	794.684	773.611		
Total do ativo não circulante		1.915.087	1.944.346	852.104	1.011.077
Total do ativo		5.174.744	5.240.544	950.753	1.112.800

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar		288.264	659.198	103.510	92.096
Empréstimos e financiamentos	10	364.129	281.894		68
Debêntures	11	336.653	29.176		
Instrumento financeiro derivativo		2.082	5.191		
Provisões e encargos trabalhistas		41.662	64.759	187	459
Obrigações fiscais		49.401	298.756	26	70
Adiantamento de cliente		48.664	551.160	-	2.477
Total do passivo circulante		1.130.855	1.890.134	103.723	95.170
Não circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar		494.994	3.164	672.803	676.762
Empréstimos e financiamentos	10	687.310	724.136		
Debêntures	11	1.387.260	1.667.244		
Instrumento financeiro derivativo	13	882	8.526		
Obrigações fiscais		246.225	64.164		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		416.137	414.529		
Provisão para contingências	12	69.214	38.430		
Provisão para perdas em investimentos	7	13.399	10.741		
Instrumento financeiro com acionista não controlador			68.357		
Adiantamento de cliente		552.810			
Total do passivo não circulante		3.868.231	2.999.291	672.803	676.762
Patrimônio líquido					
Capital social	15	312.492	312.492	312.492	312.492
Reserva Legal			17.560		17.560
Prejuízos acumulados		(138.265)		(138.265)	
Ajuste de avaliação patrimonial			10.816		10.816
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		174.227	340.868	174.227	340.868
Participação de não controladores		1.431	10.251		
Total do patrimônio líquido		175.658	351.119	174.227	340.868
Total do passivo e patrimônio líquido		5.174.744	5.240.544	950.753	1.112.800

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas
Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida		755.651	1.337.662		
Custo dos serviços prestados		(555.208)	(1.235.390)	(281)	(1)
Lucro (prejuízo) bruto		200.443	102.272	(281)	(1)
Despesas operacionais					
Comerciais		(37.230)	(48.332)		
Administrativas e gerais		(221.159)	(304.167)	(2.452)	(5.681)
Outras receitas (despesas) líquidas		12.297	1.978	2.757	(16.927)
		(246.093)	(350.521)	305	(22.608)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(45.650)	(248.249)	24	(22.609)
Receitas financeiras		45.906	52.654	75	276
Despesas financeiras		(203.131)	(295.436)	(111)	(27.894)
Despesas financeiras líquidas		(157.225)	(242.782)	(36)	(27.618)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	7	(421)	3.904	(166.629)	(377.132)
Resultado antes dos impostos		(203.296)	(487.127)	(166.641)	(427.359)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(6.458)	(3.713)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		18.426	38.511		
Resultado do exercício		(191.328)	(452.329)	(166.641)	(427.359)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(166.641)	(427.359)	(166.641)	(427.359)
Acionistas não controladores		(24.687)	(24.970)		
Resultado do exercício		(191.328)	(452.329)	(166.641)	(427.359)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas
Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	<u>(191.328)</u>	<u>(452.329)</u>	<u>(166.641)</u>	<u>(427.359)</u>
Resultado abrangente total	<u>(191.328)</u>	<u>(452.329)</u>	<u>(166.641)</u>	<u>(427.359)</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(166.641)	(427.359)	(166.641)	(427.359)
Acionistas não controladores	<u>(24.687)</u>	<u>(24.970)</u>		
Resultado abrangente total	<u>(191.328)</u>	<u>(452.329)</u>	<u>(166.641)</u>	<u>(427.359)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Participações S.A. – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

	Capital social			Reservas		Prejuízos Acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Subscrito e integralizado	Legal	Reserva de lucros						
Saldos em 1º de janeiro de 2015	327.000	(14.508)	312.492	45.246	399.673		10.816		768.227	13.209	781.436
Resultado do exercício								(427.359)	(427.359)		
Alienação de investimentos										22.012	22.012
Transferência para compensação do Prejuízo				(27.686)	(399.673)			427.359			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	327.000	(14.508)	312.492	17.560			10.816		340.868	10.251	351.119
Alienação de investimentos										(8.820)	(8.820)
Resultado do exercício						(166.641)			(166.641)		(166.641)
Transferência para compensação do Prejuízo				(17.560)		28.376	(10.816)				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	327.000	(14.508)	312.492			(138.265)			174.227	1.431	175.658

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas
Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(166.641)	(427.359)	(166.641)	(427.359)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	21.565	32.652		
Depreciação e amortização	41.888	116.523	3	16
Baixa de imobilizado e intangível	26.072	5.528		
Resultado da equivalência patrimonial	421	13.023	166.629	394.059
Provisão para contingências	30.784	5.396		
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(18.426)	(38.511)		
PIS e COFINS diferidos	(710)	(3.498)		
Varição no valor justo de instrumento financeiro	(5.596)	10.147		
Juros sobre atualização do contas a receber de clientes e outros investimentos	(11.537)	(12.461)		
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	(171.539)	244.303	111	22.696
Imposto de renda e contribuição social provisionados	(6.458)	3.713		
	(260.177)	(50.544)	102	(10.588)
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais				
Outros investimentos		110.852		
Contas a receber e outros recebíveis	(19.432)	(824.061)	(4.010)	(34.680)
Estoques	52.040	20.830		
Impostos e contribuições a recuperar	11.919	78.949	241	(114)
Adiantamentos a fornecedores	(21.204)	179.574	(146)	
Despesas antecipadas	1.025	3.805	20	(20)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.593)	(4.463)		
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais				
Fornecedores e outras contas a pagar	120.896	43.788	7.455	621.207
Instrumento financeiro derivativo	(10.753)	7.374		
Provisões e encargos trabalhistas	(23.097)	(26.456)	(272)	421
Obrigações fiscais	(67.294)	83.987	(44)	8
Imposto de renda e contribuição social a pagar	8.066	(4.045)		
Adiantamento de cliente	50.314	522.077	(2.477)	2.477
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.138		
Provisão para contingências	-	32		
Provisão para perdas em investimentos	2.658	1.194		
Instrumento financeiro com acionista não controlador	(68.357)	(31.366)		
Caixa líquido das atividades operacionais	(230.989)	117.665	869	578.711
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	6.436	(31.685)	(690)	1.699
Imobilizado	(1.831)	(96.720)		
Intangível	(21.073)	(99.071)		
Caixa líquido das atividades investimento	(16.468)	(227.476)	(690)	1.699
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	222.544	(607.312)	(179)	(26.609)
Debêntures	27.493	452.911		(643.884)
Aquisição de participação de não controladores	(8.820)	(2.958)		
Caixa líquido das atividades investimento	241.217	(157.359)	(179)	(670.493)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(6.240)	(267.170)	-	(90.083)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	112.033	379.203		90.083
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	105.793	112.033		
Varição das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	(6.240)	(267.170)	-	(90.083)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Galvão Participações S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”) tem por objeto a participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou quotista.

A Companhia denominada a holding do “Grupo Galvão”, em conjunto com suas empresas controladas, está organizada para atuar nos segmentos de infraestrutura, saneamento, energia renovável, óleo e gás e serviços financeiros.

O Grupo Galvão é, portanto, um conglomerado privado que possui investimentos em um portfólio de negócios.

a) Entidades da controladora

As operações da Companhia são representadas substancialmente pela sua participação nas empresas a seguir relacionadas:

Controladas / Coligadas	País	Controle	2016	2015
			Participação	Participação
Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
Galvão Logística, Exportação e Importação Ltda.	Brasil	Indireto	99,99%	99,99%
CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S.A	Brasil		5,00%	5,00%
AGT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais de Construção Ltda. (i)	Brasil	Indireto	33,33%	33,33%
Galvão Engenharia S.A. - Sucursal del Peru	Peru	Indireto	100,00%	100,00%
Galvão Concessões Rodoviárias Participações S.A.	Brasil	Indireto	100,00%	100,00%
Indústria Naval de Pernambuco S.A. (i)	Brasil	Indireto	50,00%	50,00%
Galvão Energia Participações S.A.	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
São Domingos Geração SPE S.A.	Brasil	Indireto	88,26%	88,26%
Dreen Mundo Novo Geração SPE S.A.	Brasil	Indireto	90,87%	90,87%
Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental	Brasil	Direto	66,58%	66,58%
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	Brasil	Indireto	90,00%	90,00%
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	Brasil	Indireto	50,00%	50,00%
CAB Guaratinguetá S.A.	Brasil	Indireto	100,00%	100,00%
CAB Sistema Produtor Alto Tietê S.A.	Brasil	Indireto	95,00%	95,00%
CAB Águas de Paranaguá S.A.	Brasil	Indireto	100,00%	100,00%
CAB MT Participações Ltda.	Brasil	Indireto	80,00%	80,00%
CAB Pontes e Lacerda Ltda.	Brasil	Indireto	80,00%	80,00%
CAB Colider Ltda.	Brasil	Indireto	80,00%	80,00%
CAB Alta Floresta Ltda.	Brasil	Indireto	80,00%	80,00%
CAC Participações Ltda.	Brasil	Indireto	99,80%	99,80%
CAB Piquete S.A.	Brasil	Indireto	100,00%	100,00%
CAB Canarana Ltda.	Brasil	Indireto	80,00%	80,00%
CAB Comodoro Ltda.	Brasil	Indireto	80,00%	80,00%
CAB Projetos e Investimentos em Saneamento Básico Ltda.	Brasil	Indireto	100,00%	100,00%
CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	Brasil	Indireto	80,00%	80,00%
CAB Águas de Agreste S.A.	Brasil	Indireto	100,00%	100,00%
CAB Gerenciadora Ltda.	Brasil	Indireto	100,00%	100,00%
CAB Atibaia S.A.	Brasil	Indireto	100,00%	100,00%
Águas de Andradina S.A. (i)	Brasil	Indireto	70,00%	70,00%
Águas de Castilho S.A. (i)	Brasil	Indireto	70,00%	70,00%
Tubarão Saneamento S.A. (i)	Brasil	Indireto	50,00%	50,00%
Itapoá Saneamento Ltda. (i)	Brasil	Indireto	50,00%	50,00%

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Galvão Óleo & Gás Participações S.A.	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
Galvão Oil & Gas Holding GmbH	Austria	Indireto	100,00%	100,00%
Galvão Oil & Gas GmbH	Austria	Indireto	100,00%	100,00%
Galvão Finanças S.A.	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
Galvão Administradora de Recursos Ltda.	Brasil	Indireto	100,00%	100,00%
Galvão Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	Indireto	100,00%	100,00%
Concessionária de Rodovias Galvão BR - 153	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
Ceos Administradora de Bens S.A.	Brasil	Direto	100,00%	100,00%

2 BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi aprovada pela Administração em 09 de junho de 2017.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 3 e 4, respectivamente.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

c) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 4 (a) – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida e a classificação de negócios em conjunto; e
- Nota explicativa 4 (m) – classificação de arrendamento mercantil.

d) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 – realização das contas a receber e outros recebíveis;
- Nota explicativa nº 8 – vida útil do ativo imobilizado;
- Nota explicativa nº 9 – vida útil do ativo intangível resultante do contrato de concessão; e
- Nota explicativa nº 12 – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

e) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

idênticos.

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O valor justo que é determinado para passivos financeiros, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2016.

f) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

3 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O Grupo avaliou os seguintes novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2014:

- a) ICPC 19/ IFRIC 21 – Tributos;
- b) CPC 38 / IAS 36 (Alterada) - Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros; e
- c) OCPC 7 – Notas explicativas.

A aplicação dessas alterações não gerou impacto sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data em que o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos de transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores nas adquiridas pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Controladas

O Grupo controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual o Grupo possui controle compartilhado, onde o Grupo tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não o direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos controlados em conjunto são contabilizados por meio do método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício da investida até a data em que o controle conjunto deixar de existir.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre entidades do Grupo são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação em cada investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional da venda de bens é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(ii) Prestação de serviços

O Grupo reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

(iii) Contratos de construção

A receita dos contratos de construção compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados. Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos do contrato que são prováveis de serem recuperados.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Variação cambial;
- Descontos obtidos e concedidos;
- Tarifas bancárias; e
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

As receitas e a despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações e as diferenças resultantes são reconhecidas no resultado.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

e) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. O Grupo não possui outros benefícios pós-emprego.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

g) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

h) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pela vida útil estimada do bem já que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

• Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Equipamento de campo	17 anos
• Veículos	17 anos
• Instalações	17 anos
• Equipamentos especiais	11 anos
• Edificações	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

i) Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado.

(iii) Amortização

Amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e não reconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

(iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

O Grupo possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida.

A administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

l) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado na rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato fosse mantido. Antes da provisão ser constituída, o Grupo reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados aos contratos.

m) Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

Ativos mantidos pelo Grupo sob arrendamentos que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo de arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

n) Novas regras e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações contábeis. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

efeitos cumulativos. O Grupo está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. O Grupo ainda não escolheu o método de transição para a nova norma e nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	1.777	24.697		
Aplicações financeiras	104.016	87.336		
	<u>105.793</u>	<u>112.033</u>		<u>-</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6 CONTAS A RECEBER E OUTROS RECEBÍVEIS

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Construção		2.654.656	2.679.012		
Saneamento		747.476	759.864		
Partes relacionadas - operações mensais	14	2.190	1.710	154.288	150.278
Partes relacionadas - empréstimos a receber	14	70.481	62.249		
Outras contas		60.802	22.653		
		<u>3.535.605</u>	<u>3.525.488</u>	<u>154.288</u>	<u>150.278</u>
Ativo circulante		2.816.105	2.812.628	96.764	99.723
Ativo não circulante		719.500	712.860	57.524	50.555

7 INVESTIMENTOS

A Companhia registrou uma perda de R\$ 166.629 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (e de R\$ 377.132 em 2015) de equivalência patrimonial de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. O Grupo registrou uma perda de R\$ 421 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (e um ganho de R\$ 3.904 em 2015) de equivalência patrimonial de seus empreendimentos controlados em conjunto.

Nenhuma das controladas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras de investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

a) Composição dos investimentos – controladora

	Controladora	
	2016	2015
Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial	579.595	649.969
Campanhia de Águas do Brasil - CAB Ambiental	87.888	136.183
Companhia p/ Desenv Infra-estrutura	17	17
Ceos Administradora de Bens	30.444	39.394
Galvão Finanças Ltda.	558	1.582
Galvão Energia Participações S.A.	4.949	6.054
Galvão Óleo & Gás Participações S.A.	23.668	23.145
Concessionária de Rodovias Galvão BR - 153	59.527	96.242
Concessionária de Rodovias Galvão BR - 153 - investimento por ágio (i)	7.926	7.925
Total	794.572	960.511

(i) O ágio refere-se basicamente à aquisição de investimentos (direito de exploração de concessões). Nas demonstrações financeiras consolidadas, esses valores foram reclassificados para o grupo de intangível.

b) Provisão para perdas em investimentos – controladora

	Consolidado	
	2016	2015
AGT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais para Construção Ltda.	6.837	6.836
Galvão Engenharia S.A. - Sucursal del Peru		3.905
Itapoá Saneamento Ltda.	6.562	
Total	13.399	10.741

8 IMOBILIZADO

	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de campo	Veículos	Instalações	Equipamentos especiais	Edificações	Terrenos	Adiantamentos a fornecedores	Obras em Andamento	Total
Custo												
Saldo em 01 de janeiro de 2015	193.800	26.389	22.823	147.068	116.395	38.191	8.646	3.770	1.449	1.172		535.369
Adições	13.527	366	3.062	14.528	810	4	238	3			37.292	69.830
Baixas	(13.668)	(827)	(241)	(2.155)	(9.558)	(12)	(3.152)	(14)				(29.427)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	193.659	25.928	25.644	159.441	107.647	38.183	5.732	3.759	1.449	1.172		575.772
Adições	583	53	1	629	27							1.831
Baixas	(23.676)	(1.268)	(252)	(16.722)	(3.879)	(808)						(46.605)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	170.566	24.713	25.393	143.348	103.995	37.913	5.732	3.759	1.449	1.172		530.998
Depreciação												
Saldo em 01 de janeiro de 2015	(65.341)	(6.094)	(11.026)	(52.810)	(53.044)	(30.781)	(5.111)	(1.068)				(146.454)
Adições	(49.891)	(5.738)	(3.638)	(6.042)	(12.099)	(4.503)	(3.034)	(1.033)				(81.974)
Baixas	14.328	438	486	321	1.224	310	2.949	188				3.154
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(100.904)	(11.394)	(14.178)	(58.531)	(63.919)	(34.974)	(5.196)	(1.913)				(291.008)
Adições	(15.287)	(1.495)	(1.273)	(15.045)	(6.787)	(337)	(839)	(825)				(41.888)
Baixas	7.531	2.004	2.004	10.280	538	180						20.533
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(108.660)	(12.889)	(13.447)	(63.296)	(70.706)	(34.773)	(5.855)	(2.738)				(312.363)
Valor contábil líquido												
Em 31 de dezembro de 2015	92.755	14.535	11.467	100.910	43.928	3.209	536	1.846	1.449	1.172		284.764
Em 31 de dezembro de 2016	61.906	11.825	11.947	80.052	33.289	3.140	(123)	1.021	1.449	1.172		218.635

a) Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

9 INTANGÍVEL

Consolidado	Software	Desenvolvimento de Projetos	Concessão (i)	Intangível ICPC 01 (ii)	Outorga da concessão (iii)	Obras em Andamentos	Veículos Operacionais	Ágio	Total
Custo									
Saldo em 01 de janeiro de 2015	17.552	22.378	48.453	459.893	142.389	59.607	13.801	7.926	771.999
Adição	793			83.308	4.167	124.163	1.668		214.099
Baixas	(3.918)					(59.329)			(63.247)
Transferências		(15.097)		15.097					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.427	7.281	48.453	558.298	146.556	124.441	15.469	7.926	922.851
Adição	725			63.565					64.290
Baixas				(39)					(39)
Transferências									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.152	7.281	48.453	621.824	146.556	124.441	15.469	7.926	987.102
Amortização									
Saldo em 01 de janeiro de 2015	(7.759)	(1.008)	(6.700)	(71.456)	(10.314)		(221)		(97.458)
Adição	(1.285)		(1.091)	(41.751)	(4.955)		(2.699)		(51.781)
Baixas									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(9.044)	(1.008)	(7.791)	(113.207)	(15.269)		(2.920)		(149.239)
Adição	(236)	(6.273)	(1.090)	(26.065)	(4.982)		(4.532)		(43.178)
Baixas									
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável				(31.044)					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(9.280)	(7.281)	(8.881)	(139.272)	(20.251)		(7.452)		(192.417)
Valor líquido contábil									
Em 31 de dezembro de 2015	5.382	6.273	40.662	445.091	131.287	124.441	12.549	7.926	773.611
Em 31 de dezembro de 2016	5.871		39.572	482.552	126.305	124.441	8.017	7.926	794.684

a) Concessão

Direito de exploração de contrato de concessão adquirido de terceiro com o seguinte prazo remanescente de amortização:

Intangível de concessão (controladas indiretas)	Prazo final da concessão	Anos
CAB Águas de Paranaguá S.A.	2045	29
CAB Canarana Ltda.	2040	24
CAB Comodoro Ltda.	2037	21
CAB Colider Ltda.	2032	16
CAB Alta Floresta Ltda.	2032	15
CAB Pontes e Lacerda Ltda	2031	15
Intangível de concessão (controladas em conjunto)	Prazo final da concessão	Anos
Tubarão Saneamento S.A	2042	26

Os laudos de avaliação das empresas adquiridas foram desenvolvidos considerando as metodologias específicas de avaliação estabelecidas pela empresa especializada independente e premissas definidas e fornecidas pelo Grupo, considerando projeções de receitas, despesas, conforme apresentado a seguir:

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

	Prazo Final da Concessão	Controladas diretas e indiretas			
		Custo contábil	Amortização	Saldo líquido 2016	Saldo líquido 2015
Intangível concessão					
CAB Águas de Paranaguá S.A.	2045	39.549	(8.279)	31.270	32.360
CAB Colider Ltda.	2032	1.688	(139)	1.549	1.549
CAB Pontes e Lacerda Ltda.	2031	2.678	(236)	2.442	2.442
CAB Alta Floresta Ltda.	2032	2.599	(226)	2.373	2.373
CAB Canarana Ltda.	2040	602	(1)	601	601
CAB Comodoro Ltda.	2037	1.155	-	1.155	1.155
Tubarão Saneamento S.A.	2042	182	-	181	181
Total		48.453	(8.881)	39.571	40.661

b) Intangível (IFRIC 12)

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2015	2016			
		Custo	Adições	Transferências	Baixas	Custo
Controle tecnológico	6,00	23.099	2.641	1.199	-	26.939
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,70	71.302	95	11	-	71.408
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4,96	139.361	11.017	1.961	(25)	152.314
Rede de Água	10,23	155.565	24.494	6.326	-	186.385
Rede de Esgoto	4,66	155.135	3.741	2.831	(18)	161.689
Obras em andamento	4,56	10.025	21.439	(12.385)	-	19.079
Custo de empréstimos		2.216	-	-	-	2.216
Outros		1.599	138	57	-	1.794
Total		558.302	63.565	-	(43)	621.824

- Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.
- Capitalizados no ativo intangível por ocasionarem um incremento de receita futura, conforme plano de negócio gerencial.

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível IFRIC 12, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

c) Outorga da concessão

Movimentação do custo	Taxa média amortização	2016
		Custo
CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	3,43	146.556

Refere-se a outorga fixa paga em decorrência de contrato de concessão, que está sendo amortizada linearmente pelo prazo de concessão.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Linha de Crédito	Nota Explicativa	Indexador	Juros		Consolidado		Controladora	
			médios a.a (%)	Vencimento	2016	2015	2016	2015
Cédula de crédito bancário		CDI	18,48	2017	164.701	118.023		
Crédito direto ao consumidor		CDI	11,42	de 2014 a 2017		4.006		
BNDES – partes relacionadas	13	TJLP	10,20	2017 a 2032	479.935	475.948		
Capital de giro		CDI	16,00	2017	21.067	14.799		
FCP - SAN		TR	10,79	2017 a 2035	177.725	175.008		
Nota promissória		CDI	17,50	2016	105.662	86.393		
Finame		-	3,97	2017 a 2019	3.098	4.484		
Finame		TJLP	5,40	de 2015 a 2025	85.991	99.823		
Leasing		CDI	14,81	2017 a 2018	16.681	16.233		
Conta Corrente				2017	820			
Custo de transação				2017	(4.270)	(4.986)		
Partes relacionadas	13		18,50		28	16.299		
Total					1.051.438	1.006.030		
Passivo circulante					364.129	281.894		
Passivo não circulante					687.310	724.136		

11 DEBÊNTURES

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Linha de Crédito	Indexador	Juros		Consolidado		Controladora	
		médios a.a (%)	Vencimento	2016	2015	2016	2015
Debêntures	CDI	18,00	de 2017 a 2024	252.079	214.114		
Debêntures		12,16	de 2017 a 2020	84.840	106.099		
Debêntures	IPCA		2045	1.387.260	1.376.609		
Custo de transação				(266)	(402)		
Total				1.723.913	1.696.420		
Passivo circulante				336.653	29.176		
Passivo não circulante				1.387.260	1.667.244		

Em 2015 os montantes de Debêntures foram cindidos para a CEOS Administradora de Bens S.A., conforme demonstrado em nota explicativa 18 às demonstrações contábeis.

12 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O Grupo classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos do Grupo.

O Grupo considera existir riscos efetivos de natureza cível e trabalhista classificados como prováveis e, desta forma, constituiu provisão no valor de R\$ 69.214 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 38.430 em 2015).

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são de natureza cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram no montante de R\$ 165.000 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 46.000 em 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o mesmo prazo de duração da emissão de debêntures, com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI.

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia designou os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado.

<u>Derivativo</u>	<u>Nacional</u>	<u>Ponta Ativa %</u> <u>a.a.</u>	<u>Ponta Passiva %</u> <u>a.a.</u>	<u>Mercado</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
SWAP	100.000	12,16%	CDI+2,85%	CETIP	2020	2.965	13.717
Passivo circulante						2.082	5.191
Passivo não circulante						883	8.526

14 PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

<u>Consolidado</u>	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante						
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber						
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(a)	2.190	1.711	2.217	(1.738)	(506)
Redução de capital	(b)			2.561		(23)
ENOPS Engenharia Ltda.				182		(42)
- Outras contas a pagar	(a)					
		<u>2.190</u>	<u>1.711</u>	<u>4.960</u>	<u>(1.738)</u>	<u>(571)</u>

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Consolidado Não circulante	Ativo		Passivo		Resultado		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber							
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(a)	911			(911)	911	
Empréstimos	(e)	2.829			-	2.829	
Conta corrente	(f)	3.077			(3.077)	3.077	
PCT Participações Ltda.					-		
- Venda de participação societária	(i)	18.442	15.759		2.683	15.759	
- Integralização de capital	(h)	1.433	1.225		208		
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.	(g)	38.761	39.097		(336)		
		<u>61.465</u>	<u>62.898</u>		<u>(1.433)</u>	<u>22.576</u>	
Em empréstimos e financiamentos							
Maestro Holding de Energia Ltda.				246			
Outros				15.983			
				<u>16.229</u>			
Controladora							
Circulante							
		2016	2015	2016	2015	2016	2015
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber							
		(nota 10)	(nota 10)				
Conta corrente	(f)			103.193	90.829		
Concessionária de Rodovias Galvão BR - 153							
- Remessas para integralização de capital	(c)	66.000	66.000	66.000	66.000		
		<u>66.000</u>	<u>66.000</u>	<u>169.193</u>	<u>156.829</u>		
Controladora							
Não circulante							
		2016	2015	2016	2015	2016	2015
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber							
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(a)	115.527	11.239				2.500
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.	(g)	38.761	39.097				
		<u>154.288</u>	<u>50.336</u>				<u>2.500</u>
Em empréstimos e financiamentos							
CAB Projetos e Investimentos em Saneamento Básico Ltda.	(d)				2.000		
Maestro Holding de Energia Ltda.					246		
Ceos Administradora de bens S.A				671.806	671.806		
Outros				997	2.710		
				<u>672.803</u>	<u>676.762</u>		

- a) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- b) Refere-se ao valor que a controlada CAB MT Participações Ltda. tem a pagar para a acionista PCT Participações Ltda. referente a redução de capital social realizada em 30 de setembro de 2014.
- c) Refere-se a valores aportados para futuro aumento de capital.
- d) Refere-se a instrumento particular de assunção de dívida do contrato de mútuo firmado entre as partes em 06 de dezembro de 2010 para a Companhia.
- e) Refere-se a empréstimo entre a Companhia de Aguas do Brasil - CAB ambiental e suas controladas, com incidência de juros de 120% do CDI ao ano e vencimento em 2016.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

- f) Refere-se a contrato de conta corrente entre as empresas do Grupo, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- g) Repasse de recursos recebidos pela Companhia para possibilitar aumento de capital na sua controlada São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.
- h) Valor referente a compromisso contratual de remessa de recursos para uma futura integralização de capital.
- i) Refere-se a venda de 20% da participação nas controladas CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto e CAB Canaranara Ltda. para PCT Participações Ltda. pelo preço de R\$ 11.358 e R\$ 235, respectivamente com vencimento em 2035 e incidência de juros de 120% do CDI.

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 327.000 subscrito e R\$ 312.492 integralizado (idêntico em 2015). Está representado por 327.000.000 (idêntico em 2015) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em quantidade de ações	
	2016	2015
Empresa Nacional de Participações Ltda.	235.440.000	235.440.000
Moval Participações Ltda.	58.860.000	58.860.000
Freccia Engenharia Ltda.	32.700.000	32.700.000
Total	327.000.000	327.000.000

b) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado da controlada Galvão Logística, Exportação e Importação Ltda., bem como o efeito da variação cambial da subsidiária no exterior Galvão Participações S.A. – Sucursal del Peru.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

d) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente a Lei 6.404/76 determina que deva ser de até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

No exercício de 2016 e de 2015 a Companhia não propôs pagamento de Dividendos devido ao prejuízo do exercício.

16 ASPECTOS AMBIENTAIS

A Sociedade e suas controladas consideram que suas atividades de construção estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Sociedade e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, além de acreditarem que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

17 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) e IAS 7.

a) Ativo imobilizado – consolidado

Durante o exercício de 2016 o Grupo adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 1.831.

18 OPERAÇÃO LAVA JATO

Em 2015, executivos da Companhia foram formalmente notificados e incluídos em um único processo no âmbito da operação “Lava Jato”. Eles foram acusados de terem, supostamente, cometido irregularidades em contratos com a Petrobrás. Na sentença de primeira instância, um dos executivos da Companhia foi absolvido de todas as acusações e os demais foram absolvidos da maior parte dos atos pelos quais eram acusados. Até o final do processo, que encontra-se em grau de recurso, acreditamos que todos os executivos serão absolvidos.

Com efeito, a acusação de que haveriam contribuições indevidas em relação a 14 contratos com a Diretoria de Abastecimento da Petrobrás, na ordem de 1% do valor de todos os

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

contratos e aditivos (valor que se verídico fosse superaria a casa das centenas de milhões de reais), tampouco restou comprovada, a discussão na ação penal agora se restringe a supostos pagamentos indevidos no valor aproximado de R\$ 5 milhões de reais, em relação a um único contrato com a Petrobrás, o que, ainda assim, é objeto de questionamento em grau de recurso.

De igual modo, em 2015, a Companhia foi notificada da existência de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal, contra si e seus executivos, com pedido de indenização por conta dos mesmos fatos objeto da ação penal citada e de processo administrativo aberto pela Controladoria Geral da União. Recentemente, houve decisão na referida ação civil pública pela qual: (a) foram indeferidos os pedidos de indenização formulados pelo Ministério Público Federal e, assim, reduzindo os riscos econômicos relacionados com esta demanda; (b) a Companhia foi excluída do processo. Tal decisão foi objeto de recurso do Ministério Público Federal.

Por fim, sobre os mesmos fatos já objeto da ação penal e da ação civil pública do Ministério Público Federal, a Advocacia Geral da União propôs outra ação civil pública da qual a Companhia foi notificada no fim do ano de 2016 e apresentou a sua defesa.

Contudo, baseados (i) na sentença proferida pelo juiz criminal de 1ª instância, que rejeitou a maior parte das acusações do Ministério Público, limitando o valor de potencial condenação a aproximadamente R\$ 5 milhões, em relação a um único contrato, o que, ainda assim, é objeto de questionamento em grau de recurso; (ii) nos elementos probatórios constantes nas defesas e recursos a serem apresentados; (iii) na decisão recente da ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal que indeferiu os pedidos indenizatórios; e, (iv) na opinião de nossos advogados, acreditamos que os riscos envolvidos em referidos processos não comprometerão as atividades futuras da Companhia.

No mesmo período, a Administração da Companhia reestruturou sua área de compliance, readequando para o atual volume de atividade e segue tomando medidas de controle e divulgação de sua Política de Conduta e Integridade.

19 RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 25.3.2015, a Companhia e a sua controlada Galvão Engenharia S.A., ajuizaram pedido de Recuperação Judicial perante o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro (processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001), cujo processamento foi deferido por decisão proferida em 27.3.2015.

O pedido de recuperação judicial representou um passo importante no projeto de reestruturação e superação da crise econômico-financeira enfrentada pela Companhia e tem

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

por intuito proteger o valor de seus ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em decisão proferida em 14.9.2015, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro homologou o plano de recuperação judicial conjunto da Companhia (“PRJ”), aprovado por seus credores em assembleia geral instalada em primeira convocação e suspensão, a pedido dos credores, em 19.8.2015, tendo sido retomada e realizada em 28.8.2015.

O PRJ vem sendo cumprido pela Companhia. Dentre as suas obrigações, destacam-se: (i) a efetivação do pagamento de R\$ 20 mil a cada um dos credores trabalhistas, limitados ao valor dos seus créditos, no prazo de 30 dias corridos após a data da publicação da decisão que homologou o PRJ, totalizando o valor de R\$ 6.509.683,87, a teor da Cláusula 6.1 do PRJ; (ii) a criação da CEOS Administradora de Bens S.A. (“CEOS”), sociedade por ações de capital fechado que, na forma da Cláusula 3.6 do PRJ, se tornou titular de certos ativos da Companhia, conforme relação prevista na Cláusula 3.5 do PRJ, e devedora dos credores concursais das recuperandas, por meio de cisão parcial da Companhia e contrato de assunção de dívidas, cessão de créditos e outras avenças, para o fim de (ii.1) garantir a implementação do PRJ, (ii.2) otimizar a gestão dos ativos e passivos da Companhia, proporcionando ganho de sinergias no tocante à administração de bens e à recuperação de créditos da recuperanda e, ainda, (ii.3) segregar os ativos e passivos objeto da Recuperação Judicial das atividades operacionais correntes da recuperanda; (iii) a cisão parcial da Companhia, com versão do passivo concursal e ativos para a CEOS, conforme mencionado no item “ii” acima; (iv) em cumprimento às disposições contidas no PRJ, a CEOS, em 03/06/2016, concluiu o processo de emissão de Debêntures, as quais foram subscritas e integralizadas pelos credores financeiros arrolados no processo de Recuperação Judicial em quitação aos créditos concursais por eles detidos, conforme previsto na cláusula 9.2 do PRJ; (v) em cumprimento às disposições contidas no PRJ, a CEOS emitiu 1124 notas promissórias, as quais foram entregues aos credores não financeiros das recuperandas, conforme aplicável, em quitação aos créditos concursais por eles detidos, conforme previsto na Cláusula 9.2 do PRJ; (vi) nos termos da Cláusula 3.5, I do PRJ, a Companhia colocou à venda a participação societária que detém na Companhia na Companhia de Águas do Brasil – CAB Ambiental, contudo, em que pese a realização de leilão para este fim, no âmbito do processo de recuperação judicial, não houve licitante; (vii) em 21/09/16 realizado pagamento do saldo dos Créditos Classe I e celebração de termos de acordo com Classe I remanescentes.

A administração da Companhia vem cumprindo o quanto estabelecido no PRJ e tem a expectativa de cumpri-lo integralmente, bem como solicitar o pedido de encerramento do processo de recuperação judicial dentro dos prazos previstos na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

Composição do Conselho de Administração

Presidente:

Mário de Queiroz Galvão

Conselheiros:

José Gilberto de Azevedo Branco Valentim

José Rubens Goulart Pereira

Composição da Diretoria

Diretor Presidente

Mário de Queiroz Galvão

Diretor Vice Presidente Executivo

Eduardo de Queiroz Galvão

Diretor Corporativo

Edison Martins

Diretor Jurídico

Guilherme Ferreira Gomes de Luna

Contador

Claudio Berloff Junior

CRC/SP nº 1SP216997/O-8

* * *

